

Historiografia e Contemporaneidade: para lá da “imaginária sala de espera da História”

Rui Cunha Martins
(Universidade de Coimbra)
DHEEAFLUC, IGCFDUC, IHC-UNL e IN2PAST

1.

Por entre as mutações culturais que se produzem no contexto revolucionário de finais do século XVIII, ou, com maior precisão, nesse período entre 1770 e 1850 que Reinhart Koselleck denomina *Sattelzeit* e que, segundo ele, contém os indicadores fundamentais para se entender o impulso inicial do projeto da modernidade e, designadamente, essa forma inédita de experienciar o tempo que organiza todo o edifício moderno, toma particular relevo, para a nossa perspetiva, a emergência da noção de construtibilidade da história. Trata-se, mais exatamente, da emergência da própria noção moderna de história; da possibilidade mesmo da existência de algo como *a* História. Afinal, o homem que faz revoluções e assim intervém sobre o curso do tempo, pode bem tomar a seu cargo a construção do futuro. “O acontecimento revolucionário gerou uma nova consciência a respeito do carácter agencial subjetivo da história [e do] carácter construído da mesma”. É neste âmbito – retenhamos este aspeto – que “aparece a ideia de História como colectivo singular, como um “sistema” que engloba e unifica as *histórias* particulares”¹.

Interessa-nos esta contração. É que “esta singularização da *História* foi contemporânea da de outros conceitos histórico-políticos, como os de *Liberdade* (que tomou o lugar das *liberdades*), *Justiça* (que substitui no vocabulário da época os *direitos*), *Revolução* (que deslocou a ideia de *revoluções*), e por aí adiante. *História* (com maiúsculas) converte-se então em um conceito reflexivo, em sujeito e objeto de si mesma”. Convirá reter com atenção o processo que aqui tem lugar: “a substituição de múltiplas histórias existindo apenas no plural por um conceito geral e inclusivo de História existindo no singular; sendo que, em simultâneo, emerge também o conceito abstrato de um “futuro” geral que substitui, pelo seu lado, a noção de futuros específicos”ⁱⁱ. O dispositivo temporal moderno está doravante em marcha.

A sua mola inicial é portanto uma contração do múltiplo e das experiências individuais, sacrificados em favor de um horizonte de coerência (e também de expectativa), garantido pela entificação da História – uma ideia gradualmente apresentada como decorrência da ordem natural das coisas, mas que, conforme assinala Lucian Holscher, “não é um dado antropológico nem um pressuposto da existência humana em geral”ⁱⁱⁱ; é então a instalação sistemática de dado projeto de relação com o tempo; e, por tabela, a mobilização implícita de dado conceito de tempo: um tempo linear, claro que sim; e também entendido como homogêneo (“cada segundo, cada minuto e cada dia é idêntico”), discreto (“cada momento no tempo pode ser concebido como um ponto numa linha reta”) e sobretudo absoluto (“o tempo não é relativo ao espaço e à pessoa que o mede” e obviamente “independe da posição espacial do observador”)^{iv}. O tempo de Newton. Não porque a ele caiba a patente, já que o conceito de tempo absoluto precede de facto Newton, mas porque, como tem sido assinalado, a hegemonia da ideia coincide com a época newtoniana. É por essa altura que o entendimento do tempo como “um contentor omniabarcativo” absoluto aparenta romper a seu favor o debate pré-newtoniano que o opunha às visões, até então mais comuns, de tempo relacional^v. E será já nessa posição dominante que o tempo absoluto virá a constituir o suporte compreensivo mais operativo para dar conta do momento revolucionário. E, por conseguinte, do regime de tempo que ele instala.

Reconhecem-se, no regime moderno de tempo, os seguintes travejamentos: (a) o primado das ideias de *continuismo* e de *sucessão*, expressões da operatividade explicativa reconhecida às relações de causa-efeito e de antecedente-consequente, sendo que, por via de uma subtil inversão colada a uma convicção previsibilista, é o segundo elemento que comanda o primeiro (o *efeito determina a causa*, ou seja, o fim legitima o percurso), o que também minora o valor do acaso e da indeterminação; (b) a adequação ao espírito da modernidade da clássica ideia de “*historia magistra vitae*”, permitindo, a partir de um trabalho de revisionismo sobre o passado, eleger os momentos susceptíveis de anunciar já aquilo que o futuro viria a ser (ou seja, a “*história mestra do futuro*”); (c) a consagração do *potencial criador do homem*, capaz de modificar o curso da História na medida em que *produz revoluções*, isto é, momentos de *ruptura*, e, com elas, a capacidade humana de produzir um “homem novo”, bem como um “tempo novo” (o que a Revolução Francesa evidencia e as revoluções do século XIX e XX comprovam); (d) a vulgarização explícita ou implícita da ideia de “fim da história”, não coincidente com o *momento revolucionário*, mas possibilitado por este, o qual seria como que “o início do fim da história” (preceito que equivale a um *imediato fechamento do “novo”* no próprio acto da revolução, já que o futuro passa a estar determinado); (e) a inscrição de todas estas referências numa lógica temporal que estrutura o tempo em *campo de experiência* e *horizonte de expectativa* mas que, inclinando o binómio em favor do segundo pólo, promove a noção de “progresso” a locomotiva do tempo e da história (ou que “repelindo ou substituindo o *perfectus* da Igreja por um *progressus* laico”, como deteta Koselleck a partir da terminologia da época, promove “um processo de aperfeiçoamento constante e em crescendo”^{vi}). Serão estes, em síntese, os *topoi* estruturantes do projeto historicista^{vii}. Tudo somado, e para o dizer com Eelco Runia, “o *historicismo* pode ser considerado uma tentativa sustentada de transcender as descontinuidades que nos perturbam no presente, dando sentido à história”^{viii}.

Estamos, pois, perante uma modalidade de tempo linear e puntilista (no que corresponderá a uma apropriação conjugada de receitas temporais gregas e

cristãs) e que, mais diretamente, pode filiar-se sem dificuldade nas esperanças do iluminismo e da fé dogmática cientista, bem como no ímpeto revolucionário francês, estendendo-se entretanto por ramificações várias que conduzirão, por vias diversas mas de comum matriz, aos messianismos marxistas ou às “filosofias veterinárias” nazis^{ix}, sem esquecer as suas menos espetaculares mas efetivas expressões no quadro das tautologias democráticas, ou a sua participação em purismos salvíficos de toda a ordem, desde os fundamentalismos religiosos aos horizontes perfetibilistas da técnica e da ecologia.

2.

Impressiona o vigor expansivo do modelo. Impressiona, mais ainda, a sua resiliência. Porque se é verdade que desde cedo a aliança entre História e Estado-Nação se revelou um caso de sucesso e talvez o operador máximo da expansão do regime moderno de tempo, como que garantindo-se um ao outro à medida da insinuação do caráter natural da parelha e da sua conseqüente inevitabilidade e sacralização, não é menos verdade que, seja no arco da chamada *crise do historicismo* seja para lá dele, as críticas ao modelo ou a proposição de cronosofias alternativas sucederam-se a um ritmo assinalável, acompanhando a própria generalização do regime moderno de temporalidade, avolumando-se em particular a partir do período entre as duas guerras mundiais e prosseguindo com regularidade a partir daí. Nomes como Nietzsche, Bergson, Freud, Warburg, Benjamin, Foucault ou o próprio Koselleck, entre muitíssimos outros, desigualmente desalinhados, ambigüamente alternativos e diferentemente críticos, com certeza que sim, traduzem, porém, um comum ceticismo em relação à lógica continuista do tempo e ao triunfalismo implicado numa leitura do tempo e da história agenciada pela noção de progresso. De alguma maneira, todos eles propõem conceitos e leituras alternativos, enfatizando a natureza filtrada e heterogênea do tempo e a complexidade das relações entre passado, presente e futuro^x. Certo é, porém, que, “devido à ampla popularidade da noção historicista de tempo, a noção de tempo

complexo não alcançou uma posição dominante nas humanidades e nas ciências sociais”^{xi}.

Isto, naturalmente, sem falar do rombo que, supostamente, a receção da teoria da relatividade deveria ter implicado nos pressupostos do modelo historicista. “Desde a teoria geral da relatividade de Einstein os físicos sabem que esta pressuposição de um tempo absoluto é um erro, porque o tempo é relativo à posição espacial do observador. Desde Einstein, os físicos sabem igualmente que o tempo não é independente do espaço. Aquilo que Newton fez com o espaço – provando, contra Aristóteles, que todo o movimento espacial depende da posição do observador e que, sendo assim, não pode haver posições absolutas no espaço – Einstein fez com o tempo – provando, contra Newton, que todo o movimento temporal depende da posição do observador. Abandonada, pois, pela física moderna desde a introdução da teoria einsteiniana, a noção newtoniana é, porém, ainda dominante nas ciências sociais e humanas”^{xii}. É verdade que há indicadores de alguma reversão, algo como “um gradual consenso entre os académicos [destas áreas] quanto a alguma coisa ter mudado na comum visão da temporalidade, a qual é hoje entendida como mais variável, menos monolítica”^{xiii}. Ainda assim, até mesmo um físico como Carlo Rovelli reconhece que a ideia de multitemporalidade – a de que “não há um tempo único; há uma vasta multitude deles” – “não é nova na reflexão académica, mas foi ficando à margem dos debates sobre a temporalidade”^{xiv}.

Perante o que vem de ser dito, nomeadamente quanto à resiliência do modelo, alguma legitimidade haverá em perguntar, com Frederick Beiser, se os veredictos de crise ou declínio apontados ao historicismo não escondem afinal o seu triunfo: “o historicismo não foi um falhanço desprezível, mas um espantoso sucesso”, o que lhe permitiu instituir-se enquanto tradição, enformando fortemente o nosso universo intelectual, ao ponto de hoje “sermos todos historicistas no nosso modo de pensar”^{xv}. Importa retirar as devidas ilações desta leitura. Talvez ela autorize a hipótese de que boa parte da força do regime moderno de tempo esteja precisamente aqui, nesta sua instalação

enquanto *inconsciente estético* da relação com o tempo, quase que mobilizado por defeito no âmbito da experiencição individual e coletiva. O que, se assim for, dá conta de um assinalável potencial de adequação, algo como um *sensu comum* implícito na dimensão rotineira da historicidade. A partir do momento em que os indivíduos naturalizam a ideia de que as suas trajetórias e a sua própria identidade surgem, por definição, como que encastradas em escalas coletivas e englobantes – sobretudo o Estado-Nação, sobretudo a História; mas também Género, Sexo, Raça ou Humanidade; o painel de referencialidades englobantes é hoje francamente amplo –, a utilidade e préstimo do modelo moderno de tempo persistem. Pode alguma daquelas entidades, em dado momento, soçobrar na respetiva competência congregadora, parcial ou tendencialmente abalada na sua autoridade e na sua atratividade, mas o modelo está lá para assegurar a incorporação da individualidade num outro qualquer coletivo, ou inclusive para negociar regimes de co-pertença, mas, em qualquer dos casos, disponibilizando um trabalho de aplainamento do disperso e do contingente por via de uma referencição a algum tipo de unidade. Domesticar o imponderável. Uma competência que, desde a sua génese, ele está talhado para assegurar.

Postas as coisas nestes termos, falham hoje o alvo as leituras da atualidade em termos de uma mera falência do regime moderno de tempo. A inegável constatação de uma turbulência ao nível da sensibilidade histórica e do manejo das categorias temporais deverá entender-se mais como uma perda de exclusividade do regime moderno de tempo do que como uma queda estrondosa de operatividade. Ainda que a modernidade possa ter elegido a revolução e a vontade de rutura como modos do seu próprio aparecer, não parece ter previsto para si mesma um final em idênticos moldes. A meu ver, a lúcida perceção do que está hoje em causa obriga a falar sobretudo de um processo conjugado e sobreposto de descentração, de desontologização e de dessincronização. Descentração, desde logo, por via da simultânea perda de exclusividade do Estado-Nação, do Ocidente, da História e da Humanidade, confrontadas com o hibridismo, a pós-colonialidade, a memória e o *Antropoceno*. Desontologização, em virtude da despromoção crítica da noção

de distância e de uma releitura categorial das noções de passado, presente e futuro e das relações trans-entitárias entre elas. E dessincronização, pela reduzida aceitabilidade da vigência de um só tempo feito difusor paramétrico e eixo de cooptação do diverso. Um abalo de tomo, não restam dúvidas. Não apenas no que implica para os cânones do regime moderno em termos de uma objetiva perda de exclusividade, autoridade e performance, mas muito mais em virtude do espaço assim deixado para a irrupção de modalidades e conceitos alternativos, os quais ou assumidamente ocupam zonas de influência da matriz moderna ou, o que é ainda mais significativo, sujeitam estas últimas a um convívio que promove novas configurações de sentido e que representa, por si só, a abertura dos possíveis.

É dessa abertura que interessa dar conta. “Depois que Koselleck descobriu a transformação sequencial das *histórias* em *História* na origem da modernidade e como a origem da modernidade, assistimos agora ao processo reverso de transformação da *História* em *histórias*”^{xvi}. Os escombros são já sempre mais do que apenas eles. Se, aparentemente, está em curso a desnaturalização do regime moderno de tempo, está já em curso, também, a instalação de um quadro de multitemporalidades; e, naturalmente, o correlato debate sobre os seus efeitos.

3.

Um tempo complexo: “filtrado”, “multinível”, “heterogéneo”, “multitemporal” ou “policrónico”^{xvii}. Uma “fricção de várias temporalidades”^{xviii} – sem centro; sem apenas um centro, em todo o caso. Uma sensibilidade histórica emergente em que “o passado não é mais o que era; e o estudo académico do passado também não”^{xix}. O que se compreende. Se o Estado-Nação foi durante dois séculos a unidade preferencial da historiografia, os processos cruzados de descentração do primeiro obrigam inevitavelmente a segunda a algum tipo de afastamento, quando não ao abandono, do “nacionalismo metodológico”. Até porque a persistência deste, por rotineira e distraída que aparecesse, não deixou

de ser confrontada com a perspectiva pós-colonial, lugar crítico desde o qual Dipesh Chakrabarty^{xx} sustenta que “a escrita da história deve assumir implicitamente a coexistência de uma pluralidade de tempos, *uma disjuntura do presente consigo mesmo*”. Nem outra coisa dirá Berber Bevernage ao insistir que “os filósofos da história deveriam abandonar a ideia de um presente totalmente contemporâneo e abraçar antes a ideia de uma radical *não contemporaneidade* ou *não coetaneidade*”^{xxi}. Indicadores, por conseguinte, de uma mudança de perspectiva concretizada enquanto “viragem face à hegemonia do regime moderno de tempo que encobriu, desvalorizou e dispensou outras configurações de passado-presente-futuro” (Aleida Assmann)^{xxii}, fosse pela “criação de um *abismo temporal* que categoricamente desconecta diferentes zonas culturais de tempo” (Johannes Fabian)^{xxiii}, fosse pela generalização de narrativas teleológicas assentes em periodizações ocidentalizantes que condenaram as regiões não-europeias colonizadas a um lugar numa “imaginária sala de espera da história” (Chakrabarty)^{xxiv}.

Descentração, portanto. E desontologização, em paralelo. Se, nas últimas décadas, “o conceito dominante de tempo passou de um tipo linear, irreversível e progressivista para um tipo não-linear, reversível e não-progressivista”, isso permite-nos pensar “numa simultaneidade temporal e numa coexistência de passado, presente e futuro, porque não pressupõe que as três dimensões do tempo são separadas e apartadas umas das outras – como acontece com o tempo linear – mas, inversamente, encara-as como mutuamente interpenetrantes, entendendo que o passado pode viver no presente tal como o futuro pode estar presente no presente”, abrindo a porta a “uma pluralidade de tempos e uma noção de presente, passado e futuro como categorias multidimensionais e puramente relacionais”^{xxv}. Este reconhecimento de uma dispersão constitutiva do tempo, esta constatação de uma multitemporalidade e dos processos de descentração que ela pressupõe, “implica que o passado não possa mais ser concebido como o *objeto ontológico* que a historiografia moderna reconstrói a partir de um ponto fixo do observador, dado que as distinções entre passado-presente-futuro estabelecem-se diferentemente consoante os diferentes *timescapes*”^{xxvi}. Como reconhece Hartog, os novos

paradigmas produzem “a abolição da *fronteira ontológica* entre o passado e o presente”^{xxvii}, essa exigência da metodologia historiográfica de inspiração moderna – exatamente uma das suas “vacas sagradas”, no dizer de Assman, que recorda a legitimação metodológica emprestada por essa mesma fronteira e pela ideia de ruptura com o passado à afirmação da história como disciplina profissional^{xxviii}. Tratava-se, na verdade, de garantir uma *distância* no tempo como uma pré-condição de “objetividade”. Esta dependia daquela. Só a distância, de acordo com o credo rankeano, evitaria a partidarização da análise. Um paradigma objetivante que, como se compreende, é de problemática aceitação, hoje, quando confrontado com o caráter reconhecidamente poroso e intercambiante das relações entre passado e presente, com a persistência de “feridas históricas” e de um “tempo duracional” marcado pela indelével presença do “trauma” e com a conseqüente tarefa de desconstrução e resignificação políticas de um critério da distância entretanto desinstalado da sua neutralidade autoreferencial.

O colapso dessa distância sinaliza de forma clara uma mutação ao nível da compreensão das categorias temporais, evidenciando que “o passado se tornou pegajoso e resistiu a ser despejado e deixado para trás como a pele de uma cobra, e o futuro se transformou com o conhecimento ecológico [e o] mandato de salvar o planeta para as gerações futuras”^{xxix}. Mais ainda: “o passado, o presente e o futuro não apenas mudaram irremediavelmente a sua valência e significado como também os modos da respetiva conexão”^{xxx}. Quer dizer: a partir do momento em que perde sentido a noção de um curso único do tempo, então “o passado e o futuro não podem mais ser olhados como meros percursos no rio do tempo, a percorrer, num espaço bem delimitado, ora rio-acima ora rio-abaixo”^{xxxi}. Ocasão para lembrar, com Landwehr, que “a ideia de presente, passado e futuro como blocos separados de tempo é na realidade uma noção francamente moderna, originada apenas no século dezassete, na medida em que, antes dessa altura, era usual conceber as fronteiras temporais entre o cedo, o simultâneo e o tarde como permeáveis e relativas”^{xxxii}. O que abre para três ilações, captadas por Lorenz: que as atuais experiências pós-modernas e basicamente pluralistas do tempo sinalizam um retorno parcial a

visões pré-modernas; que as distinções entre presente, passado e futuro não são de natureza ontológica, mas situacional, relacional e socio-cultural; e que, comprovadamente, passados e futuros são sempre relativos a, e construídos por, dado presente – “como Agostinho defendeu muito tempo atrás e Luhmann não há tanto tempo assim”^{xxxiii}.

O que nos leva à questão da dessincronia. Se é verdade que a atual dinâmica da relação com o tempo surge marcada pela multiplicidade, não parece aceitável fazer desse panorama de múltiplas temporalidades uma espécie de fim da história de um processo irreversível em que o tempo teria passado do cânone à arena e cuja abordagem se limitaria agora à mera constatação da diversidade de propostas no terreno. Em rigor, é aqui que algo começa. Esse algo é a relação entre os vários tipos de tempo assim co-vigentes: as zonas de contacto, como as de impacto, entre eles; os níveis de conversabilidade, como os de rejeição; as tensões; as fissuras; e acima de tudo a difícil gestão dessa potencial *apetência sincronizadora* incrustada em qualquer arquitetura inter-temporal. Mesmo naquelas conjunturas em que a multiplicidade de diferentes tempos até propende a constituir-se, ela própria, em cultura temporal dominante, mesmo aí a ameaça sincrónica não pode dar-se por resolvida.

Com efeito, “o principal poder do tempo reside na habilidade para estabelecer um padrão temporal que seja o mesmo em todos os lugares e para todas as pessoas, para adaptar e ajustar tempos diferentes, regimes temporais diferentes, uns aos outros, para os fundir num só”, isto é, “para os *sincronizar*”^{xxxiv}. Sabemos hoje que “a invenção do tempo vazio e homogéneo do historicismo é um clássico exemplo de como a pluralidade de tempos históricos é sincronizada sob o linear, homogéneo e teleológico tempo do progresso, [sendo que] pela primeira vez na história humana a prática da *sincronização temporal* teve um alcance global” ao ponto de provocar “o desaparecimento de modos indígenas de relacionar passado, presente e futuro”^{xxxv}. Poderá inferir-se daqui que apenas a lógica moderna tende para a sincronização? É duvidoso. Convirá então notar, com igual pertinência, que a

gradual instalação de um quadro de “multitemporalidade” não se sustenta apenas em processos de descentramento e de redução dos danos ontológicos, mas também numa desconstrução dos processos de sincronização, sejam os tradicionais, forjados num horizonte de monotemporalidade, sejam aqueles que o próprio múltiplo pode, suicidariamente, patrocinar. Para já, entretanto, afigura-se expectável que o elevado potencial de incerteza e de complexidade destes processos cruzados coincida com uma tendência de libertação dos trajetos antes aprisionados sob a égide do sincrónico. Um desafio que as sociedades complexas só podem aceitar. Importa agora fornecer-lhes os mecanismos conceptuais para isso.

4.

Uma maneira de responder a este repto é a promoção de gramáticas do tempo comprometidas com o diverso e com o seu correspondente potencial de interconetividade. “Novos conceitos que nos habilitem a trabalhar a hibridez: o misturado, o impuro, o descontínuo, o contaminado, o monstruoso, [possivelmente] o caótico”^{xxxvi}. Com certeza que sim. Responder a desafios emergentes com um arsenal analítico antigo arrisca-se a bloquear a perceção do que está em causa. Um tempo complexo solicita noções dotadas de complexidade. Sugiro apenas que esta estimulante listagem não se entenda nos termos de um quadro de purificação ao contrário, do qual estaria omissa à partida qualquer noção menos plástica ou menos dúctil, mormente as mais conotáveis com o património referencial moderno. Pois o facto é que também estas continuam vigentes e atuantes, em particular naqueles âmbitos de desempenho em que a sua operatividade continua a ser requerida e em que a sua funcionalidade se demonstra insubstituível, ainda que saudavelmente despida da sua propensão monolítica e omniabarcativa. Pode inclusive dizer-se que essa sua nova condição de “material contaminado” lhes empresta modos de desempenho inusitados, capazes de reinventar o quadro das experiências de

temporalidade disponíveis. Pense-se, de resto, queo vigor hoje manifestado pela própria ideia de “múltiplas temporalidades” decorre em boa medida de o sinal de dispersão que ela carrega acabar por marcar um pouco todas as lógicas de tempo em presença, mesmo as que lhe são matricialmente distintas. Pelo que também o moderno surge hoje condenado a assumir a sua pluralidade constitutiva: “por detrás do seu impulso unificador e sincronizador, até o tempo histórico moderno alberga ele mesmo múltiplos regimes temporais”^{xxxvii}. Em definitivo, a capacidade de lidar com o diverso ou com o híbrido implica a paralela disponibilidade para vizinhanças inesperadas. Hoje, o híbrido não é tanto o que sucede ao monolítico quanto a gestão de um denso painel de experiências de temporalidade que integra também e ainda a incómoda, mas perdurável vigência do monolítico. Reconhecer este aspeto é reconhecer que está em causa, no denso cruzamento de todas estas processualidades, uma instabilização do *modo de mudar*. Os conceitos que nos podem interessar são os que percebem esta dimensão do problema.

A noção de *cronoferência* é um bom exemplo. Achim Landwehr, a quem se deve o conceito, define *chronofrenz* como a capacidade, desenvolvida à escala de cada cultura específica, de produzir diferentes “*redes de temporalidades*” a partir da mediação entre o presente e os vários não-presentes à sua disposição e com os quais ele se relaciona e *atualiza*. Trata-se de trabalhar o imponderável: os diferentes motivos pelos quais esta cronoferência, esta relação de um determinado tempo presente com determinados tempos ausentes, é ativada em dado contexto socio-cultural e não em outro; e por que motivo isso acontece de determinado modo numa dada situação e não em outra; e as *diferentes formas de mudança* implicadas nessas diferenças^{xxxviii}. Num espírito similar, Zoltan Simon e Marek Tamm avançam com a noção de *historical futures*, quer dizer, segundo os próprios, a pluralidade de relações estabelecidas entre determinados modos de apreensão do passado e determinados “futuros antecipados”. Também aqui há a consciência de que “os novos futuros podem não substituir os antigos mas vir a coexistir com eles no âmbito de complexas constelações que ainda estão por explorar; mais importante, os novos futuros emergem juntamente com os seus

também *novos modos de transitar do passado para o futuro*”^{xxxix}. Num caso como no outro – e o mesmo se dirá das várias revisitações do conceito koselleckiano de *estruturas de tempo* – reconhece-se o elevado grau de imponderabilidade de uma rede de tempos destituída de centro referencial ou paramétrico. Não para esquivar essa dimensão, sim para a acolher como matéria constitutiva da experiência da temporalidade. Landwehr não poderia ser mais eloquente a esse respeito: “O tempo demonstra ser um fenómeno turbulento porque nunca se pode dizer exatamente quais das suas camadas se põem em contacto umas com as outras – e de que modo e com que consequências isso acontece. Estes contactos não são, obviamente, arbitrários ou caóticos, resultando antes de específicas situações histórico-culturais. Mas ao mesmo tempo nunca são completamente controláveis e previsíveis”^{xl}. Não são, de fato. São contingentes. E são, como tal, consubstancialmente políticos.

BIBLIOGRAFIA

ASSMANN (2019): Aleida Assmann, “A Creed That Has Lost its Believers? Reconfiguring the Concepts of Time and History”, in Marek Tamm e Laurent Olivier, *Rethinking Historical Time. New Approaches to Presentism*. London: Bloomsbury, 2019, 207-218.

BEISER (2012): Frederick Beiser, *The German Historicist Tradition*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BEVERNAGE (2015): Berber Bevernage, *Historia, memoria y violencia estatal. Tempo y justicia*, Buenos Aires: Prometeo, 2015.

BEVERNAGE e LORENZ (2013): Berber Bevernage e Chris Lorenz, “Breaking up time: negotiating the borders between present, past and future – an introduction”, in Berber Bevernage e Chris Lorenz (orgs.), *Breaking up time: negotiating the borders between present, past and future*. Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 2013, pp. 7-36.

CATROGA (2009): Fernando Catroga, *Os Passos do Homem Como Restolho do Tempo. Memória e Fim do Fim da História*. Coimbra: Almedina, 2009.

CHAKRABARTY (2004): Dipesh Chakrabarty, “Where is the Now?”, *Critical Inquiry*, 30 (2), 2004, 458-462.

- CHAKRABARTY (2007): Dipesh Chakrabarty, *Provincializing Europe. Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- FABIAN (2002): Johannes Fabian, *Time and the Other. How Anthropology Makes Its Object*. New York: Columbia University Press, 2002.
- HARTOG (2003): François Hartog, *Régimes d'Historicité. Présentisme et Expériences du Temps*. Paris: Seuil, 2003.
- JORDHEIM (2014): Helge Jordheim, "Multiple Times and the work of Synchronization", *History and Theory*, 53 (4), 2014.
- KOSELLECK (2002): Reinhart Koselleck, *The Practice of Conceptual History. Timing History, Spacing Concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002
- KOSELLECK (2004): Reinhart Koselleck, *historia/Historia*. Madrid: Trotta, 2004.
- KOSELLECK (1990), Reinhart, *Le Futur Passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990.
- LANDWEHR (2018): Achim Landwehr, "Nostalgia and the Turbulence of Times", *History and Theory* 57, n.2, June 2018, 251-268.
- LANDWEHR e WINNERLING (2019): Achim Landwehr e Tobias Winnerling, "Chronisms: On the Past and Future of the Relation of Times", *Rethinking History*, 23(4,) 2019, 435-455.
- LATOUR (2018): Bruno Latour, *Down to Earth: Politics in the New Climatic Regime*. London: Polity, 2018
- LORENZ (2010): Chris Lorenz, "Unstuck in Time. Or: the Sudden Presence of the Past", in Karin Tilmans, Frank Van Vree e Jay Winter (eds), *Performing the Past. Memory, History and Identity in Modern Europe*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010, pp. 67-102
- LORENZ (2019): Chris Lorenz, "Out of Time? Some Critical Reflections on François Hartog's Presentism", in Marek Tamm e Laurent Olivier, *Rethinking Historical Time. New Approaches to Presentism*. London: Bloomsbury, pp. 23-42.
- MATARD-BONUCCI (2004): Marie-Anne Matard-Bonucci (dir.), *L'Homme Nouveau dans l'Europe Fasciste (1922-1945). Entre Dictature et Totalitarisme*. Paris: Fayard, 2004
- PALTÍ (2004): Elias Paltí, Introducción. In: KOSELLECK, R. Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia. Barcelona: Paidós, 2001
- RANCIÈRE (1996): Jacques Rancière, "Le concept d'anachronisme et la vérité de l'historien", *L'Inactuel*, n.6, 1996, 53-68.
- ROVELLI (2017): Carlo Rovelli, *L'Ordine del Tempo*. Milano: Adelphi Edizione, 2017.

RUNIA (2010): Eelco Runia, “Inventing the New From the Old – From White’s *tropics* to Vico’s *topics*”, *Rethinking History*, 14 (2), 2010, 229-241.

SIMON e TAMM (2021): Zoltán Boldizsár Simon e Marek Tamm, “Historical Futures”, *History and Theory* 60, n.1, March 2021, 3-22

TAMM e OLIVIER (2019): Marek Tamm e Laurent Olivier, *Rethinking Historical Time. New Approaches to Presentism*. London: Bloomsbury, 2019.

Recebido para publicação em 13-10-24; aceito em 26-10-24

ⁱ Koselleck, 1990; Paltí, 2004.

ⁱⁱ Assmann, 2019, 216.

ⁱⁱⁱ Cit. por Assmann, 2019, 216.

^{iv} Bevernage e Lorenz, 2014.

^v Bevernage, 2015.

^{vi} Koselleck, 1990.

^{vii} Catroga, 2009; Koselleck, 2004; Koselleck, 2002; Koselleck, 1990.

^{viii} Runia, 2010, 237.

^{ix} Lorenz, 2010.

^x Matard-Bonucci, 2004.

^{xi} Tamm e Olivier, 2019.

^{xii} Bevernage e Lorenz, 2014.

^{xiii} Tamm e Olivier, 2019.

^{xiv} Rovelli, 2017.

^{xv} Beiser, 2012.

^{xvi} Assmann, 2019, 216.

^{xvii} Tamm e Olivier, 2019.

^{xviii} Rancière 1996.

^{xix} Lorenz, 2010, 67.

^{xx} Chakrabarty, 2000, 108.

^{xxi} Bevernage, 2015, 351.

^{xxii} Assmann, 2019.

^{xxiii} Fabian, 2002.

^{xxiv} Chakrabarty, 2008, 8.

^{xxv} Lorenz, 2014, 46.

^{xxvi} Lorenz, 2019, 35.

^{xxvii} Hartog, 2003.

^{xxviii} Assmann, 2019, 210.

^{xxix} Bevernage, 2015.

^{xxx} Idem.

^{xxxi} Idem.

^{xxxii} Cit. por Lorenz, 2019, 34-35.

^{xxxiii} Lorenz, 2019, 35.

^{xxxiv} Jordheim, 2014.

^{xxxv} Tamm e Olivier, 2019.

^{xxxvi} Latour, 2018; Simon, 2019.

^{xxxvii} Jordheim, 2014.

^{xxxviii} Landwehr, 2018.

^{xxxix} Simon e Tamm, 2021.

^{xl} Landwehr, 2018.